

# 3

## DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: particularidades da Região Sul\*

*Olegna Guedes  
Giovane Scherer  
Thaísa Closs*

### Introdução

Em tempos de avanço do questionamento da ciência e da própria razão, no qual o obscurantismo do conservadorismo e do autoritarismo se alastra na tentativa de sufocar o pensamento crítico, é imperativa a necessidade de análise acerca da pós-graduação no Brasil, compreendida como espaço de produção científica capaz de contribuir, em diversos âmbitos, com as necessidades da população brasileira. Especialmente, a pós-graduação em Serviço Social se constituiu como espaço estratégico de produção de conhecimento, de adensamento teórico-metodológico e ético-político na perspectiva de consolidação do projeto profissional construído nas últimas décadas, considerando sua articulação com as tendências postas na realidade brasileira, com desafios que permeiam o exercício e a formação profissional de assistentes sociais no país. Como salienta Yazbek (2009, p. 152), o Serviço Social a partir da consolidação da pós-graduação na área, tem dialogado com o pensamento social contemporâneo, produzindo significativos acúmulos “[...] na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza da sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão.”, eixo de investigação que também se articula com amplos estudos em relação “[...] à questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia.”.

Nessa perspectiva, o presente capítulo visa abordar alguns dos desafios contemporâneos à pós-graduação na área de Serviço Social, situando particularidades do sul do país, haja vista a relevância dos programas dessa região para a realidade local em termos da formação de docentes e pesquisadores, bem como no que se refere a produção de conhecimento. Essa região, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná,

\*DOI – 10.29388/978-65-81417-32-1-0-f.65-82

tem seu primeiro programa implementação na década de 1970 na PUCRS e atualmente conta com seis cursos de mestrado e quatro de doutorado, contando com uma significativa expansão a partir dos anos 2000, período de profundas transformações no âmbito do ensino superior.

Sob o espectro da reforma do Estado (MARE, 1997) e da política neoliberal que a caracteriza, a pós-graduação nos últimos vinte anos não está alheia à crescente consolidação de grandes oligopólios na disputa pelo domínio do mercado da educação. Uma disputa que tem entre seus grandes pilares a materialização do ensino superior através tecnologias que, aparentemente, o tornam uma modalidade passível de ser oferecida à distância. Desse processo resulta a precarização do ensino sob a forma denominada por Gentili (1996) de “macdonaldização do ensino” e traduzida, sobretudo por porta-vozes desses oligopólios, demagogicamente, como democratização do acesso ao ensino superior, com impactos em todo sistema educacional.

A dinâmica do mercado da educação se reinventa e amplia. Medidas que tinham ênfase no ensino graduado, tais como deslocamento de recursos públicos para o setor privado e o incentivo da modalidade de ensino a distância, estendem-se de forma crescente para os cursos pós-graduação *stricto sensu* e para a pesquisa. Dentre seus efeitos, está a visível lógica de desfinanciamento que, nos dois últimos anos (2019/2020) registra-se, sobretudo, na redução orçamentária destinada às agências de fomento (CAPES/CNPq) a tais cursos e às pesquisas neles realizadas. Sob essa lógica, erigem-se os veios ideológicos, políticos, jurídicos que convergem para consolidar condições objetivas adversas à produção do conhecimento, sobretudo, nas áreas das ciências humanas e sociais, dadas as tendências sociopolíticas mais recentes.

Diante desse cenário, pretende-se, nas reflexões que se seguem, recuperar inicialmente o processo de constituição da pós-graduação em Serviço Social com ênfase para a região Sul, caracterizando seus programas. Na sequência, destacam-se tendências atuais da política recente que vem sendo adotada pela CAPES e CNPq, considerando seus impactos na área, bem como se sinalizando desafios para a manutenção e fortalecimento do Serviço Social como área de pesquisa consolidada em nosso país.

## **Constituição e caracterização da pós-graduação em Serviço Social na Regional Sul I**

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil se institucionaliza sobre a égide do regime militar, em um período histórico marcado por contradições e tensionamentos no âmbito das políticas de educação. A implantação da pós-graduação era parte constitutiva do projeto de modernização conservadora e tinha por objetivo a consagrada integração entre centro e periferia, o que eviden-

cia nitidamente o processo de dependência nacional (GUERRA, 2011). Os anos de chumbo da ditadura militar foram marcados pelo poder da burguesia através de práticas autocráticas, autoritárias e totalitárias, ocultando as desigualdades sociais decorrentes do processo de industrialização pesada e da concentração de riquezas, de reforço do subdesenvolvimento brasileiro e da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2005). Portanto, período de consolidação do que Netto (2011) chama de autocracia burguesa, um projeto de dominação que neutralizou os protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade. Nesse quadro, a educação se construía como um importante pilar no âmbito da ditadura militar, tanto devido à possibilidade de forjar concepções ideológicas afinadas com os ideais implementados pela autocracia burguesa, bem como, para consolidar uma qualificação de força de trabalho para contribuir com o aumento da produtividade no âmbito das relações de dependência com o capital internacional.

Conforme Guerra (2011), a pós-graduação no Brasil foi criada “pelo alto”, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira, cumprindo a perspectiva de configurar a universidade um determinado perfil de neutralidade, de assepsia e tecnocratismo, conformando e sustentando uma racionalidade formal-burocrática. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil nasce no seio desse processo, sendo designada a função de auxiliar no desenvolvimento das forças produtivas e de construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional a dinâmica do capital, com claro perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano (GUERRA, 2011). Portanto, a pós-graduação em Serviço Social se constitui em meio a esses processos contraditórios instituídos pela ditadura militar na época, em um momento histórico em que o Serviço Social procura rever as suas bases de fundamentação, após o heterogêneo movimento de reconceituação entre os anos de 1965 a 1975, na tentativa da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social. Nesse quadro, destaca-se a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social, sendo que a implantação da pós-graduação na área significou a convalidação nos órgãos oficiais no âmbito do Serviço Social como área de estudo e pesquisa (SPOSATI, 2007).

Os primeiros cursos de pós-graduação implantados no Brasil foram nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos em 1972, sendo que no ano de 1977 a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul implementa o seu programa de pós-graduação, se constituindo como o primeiro programa da região sul do Brasil. Importante destacar que a década de 1970 apresenta grandes alterações no capitalismo internacional, especialmente, pelo agravamento da crise do modo de produção capitalista, trazendo sério impactos para a classe trabalhadora, no que diz respeito às formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando

do capital financeiro, que altera profundamente as relações entre estado e sociedade civil (IAMAMOTO, 2007). O resultado desse processo foi um agravamento das condições de vida da classe trabalhadora em termos globais, com particulares impactos para países de desenvolvimento capitalista tardio, dependente e periférico como o Brasil. Entende-se que a criação e consolidação da pós-graduação na região sul não se dá descolada dessas conjunturas históricas, mas se constitui articulada em um cenário marcado por intensas transformações societárias no capitalismo mundial, com profundas implicações para o Serviço Social.

O primeiro curso de mestrado em Serviço Social da região sul do Brasil nasce nesse contexto, junto a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS no ano de 1977. O Mestrado em Serviço Social é constituído 32 anos após a criação da graduação, representando um importante espaço para o desenvolvimento de pesquisas e formação docente no nível estadual, regional e nacional. Foi no âmbito deste programa que nasceu o primeiro curso de doutorado da regional sul I no ano de 1998, sendo por 24 anos o único programa de pós-graduação da região, para atender a demanda por formação *stricto sensu* dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Esse contexto só se altera no ano de 2001 com a criação do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no estado do Paraná. No ano de 2011, os programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) implementaram o nível de Doutorado, representando, até o atual momento, como os únicos programas de seus respectivos estados que possibilitam a formação de doutores em Serviço Social.

No ano de 2006 é desenvolvido na regional Sul I mais um programa de pós-graduação no estado do Rio Grande do Sul com a criação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), inicialmente vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, e, no ano de 2008, devido à reestruturação acadêmico-administrativa da Universidade, passou a vincular-se diretamente ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da UCPEL. O Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas posteriormente implementa o seu doutorado, se constituindo na segunda oferta de doutoramento disponível no estado do Rio Grande do Sul, atendendo, especialmente, uma demanda dos profissionais residentes no interior do estado por qualificação.

No ano de 2013 é criado o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOSTE), localizado na cidade de Toledo/PR, ofertando vagas em nível de mestrado e se constituindo como o segundo programa de pós-graduação no estado do Paraná. Três anos depois, em 2016, é constituído o Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representando o terceiro programa do estado do Rio Grande do Sul a oferecer vagas em nível de mestrado e o sexto programa da regional do Sul I.

O período de 2001 a 2016 apresentou um grande avanço na regional Sul I com o surgimento de cinco dos seis programas da região, considerando ainda que no período de 2006 a 2016 ocorreu um aumento de 50% na oferta de programas nos três estados com o surgimento dos programas na UCPEL, na UNIOSTE e na UFRGS. A expansão da pós-graduação na regional Sul I é fruto do amadurecimento e da consolidação de diversos cursos de graduação na região, bem como, resultante de uma conjuntura histórica marcada por diversas contradições no âmbito do ensino e da formação profissional nos anos 2000. A política de pós-graduação no Brasil, nesse período, é impactada pela aprovação do IV e V Planos Nacionais da Pós-Graduação (2005-2010 e 2011-2020 respectivamente), o qual se caracterizam pela manutenção e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, tendo como principal objetivo a ampliação do número de pós-graduandos no Brasil, bem como a criação de uma agenda nacional de pesquisa, o aperfeiçoamento da avaliação, a multi, inter e/ou transdisciplinaridade e o apoio aos diferentes níveis de ensino (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017).

Apesar da perspectiva do fortalecimento da pós-graduação no Brasil, que vai refletir diretamente na ampliação da pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I, o direcionamento da política de pós-graduação no Brasil nos últimos anos é voltado para atender aos interesses do mercado por meio de estratégias direcionadas a formar recursos humanos na perspectiva da consolidação de parcerias com o setor privado, especialmente no que diz respeito às áreas de tecnologia. Nesse sentido, há um nítido fomento a articulação entre universidade/empresa, colocando os pesquisadores na condição de gestores na captação de recursos no mercado em troca da oferta de serviços de inovação, aprofundando a lógica do chamado produtivismo acadêmico e da precarização das relações de trabalho (MENDES; SANTOS; WERLANG, 2017). As políticas de pós-graduação, nesse contexto, refletem a dinâmica do Estado, sob a feição neodesenvolvimentista, que visava implementar políticas públicas, algumas com forte caráter compensatório, e também estimular as atividades do grande capital (CASTELO, 2012).

O Estado, nesse período, assumia a forma de um hibridismo acrítico, sendo que toda a sua atuação enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal,

como uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro (SAMPAIO JR., 2012). O esgotamento deste período, marcado pelo processo de golpe jurídico-parlamentar, aponta para o aprofundamento de perspectivas neoconservadoras e neoliberais, nunca superadas na realidade brasileira, mas nitidamente fortalecida nos últimos anos, com profundos impactos para a pós-graduação nas áreas das humanidades, como os Programas de Pós-graduação em Serviço Social.

Apesar de suas particularidades, os diferentes programas de pós-graduação na área carregam consigo o legado da renovação crítica da profissão, em seus vínculos com as lutas sociais e forças progressistas brasileiras, num diálogo profícuo com o pensamento marxista conjugado na análise da realidade social, da questão social, das políticas sociais e da profissão inscrita no movimento contraditório da história, mantendo uma direção crítica na direção do projeto ético-político do Serviço Social, com inúmeras contribuições para as áreas humanas e sociais e, especialmente, para a qualificação do trabalho e formação de assistentes sociais no país.

A regional Sul I chega ao contexto contemporâneo com seis programas de pós-graduação em Serviço Social em todos os estados da região. Quanto à natureza dos programas de pós-graduação, a regional segue a tendência nacional de uma maior concentração de programas de pós-graduação em universidades públicas, contando com quatro cursos (dois de universidades federais e dois de universidades estaduais), e dois em universidades privadas. A crescente tendência de desinvestimento no fortalecimento do ensino público e de qualidade, marca das contrarreformas no ensino brasileiro, em consonância com a dinâmica neoliberal, tende a fragilizar a formação em pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I e em todo o país. Mostra-se necessário, mais do que nunca, a defesa pelo fortalecimento de uma formação laica, gratuita e de qualidade, sendo que essa defesa se constitui elemento central para o fortalecimento da pós-graduação na área.

Com relação à oferta de vagas, os programas da regional Sul I oferecem em média 156 vagas, sendo 111 para mestrado e 45 para doutorado nos três estados. O estado que concentra a maior oferta de vagas anuais na regional é o Rio Grande do Sul com 60 vagas de mestrado e 20 de doutorado nos três programas oferecidos no RS. Conforme dados da plataforma Sucupira (CAPES, 2021), nesse estado destaca-se que seus programas congregam 39 docentes, 111 mestrandos e 70 doutorandos matriculados. O estado do Paraná é o segundo estado com maior oferta no mestrado, com 29 vagas anuais e Santa Catarina possui a segunda maior oferta de vagas no doutorado com 18 vagas anuais, todas advindas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC, que conta com 22 docentes, 36 mestrandos e 46 doutorandos matriculados (CAPES, 2021). Já o estado do Paraná totaliza entre seus programas 27 docentes,

52 mestrandos e 29 doutorandos matriculados (CAPES, 2021).

Os seis programas da regional Sul I desenvolvem uma ampla gama de investigações, nos mais variados temas, contribuindo com a qualificação do exercício profissional, bem como para a análise das mais diversas refrações da questão social e das estratégias para o seu enfrentamento no âmbito das políticas e movimentos sociais. Nesse sentido, os programas da regional Sul I possuem as seguintes áreas de concentração e linhas de pesquisa:

**Quadro 1 -** Áreas de concentração e linhas de pesquisa PPG's região Sul

<b>Área de concentração (programa)</b>	<b>Linhas de pesquisa</b>
Serviço Social, Políticas e Processos Sociais (PPGSS PUCRS)	Serviço social, ensino e formação Serviço social, seguridade social e políticas sociais Serviço social, direitos humanos, desigualdades e resistências Serviço social, trabalho e processos sociais
Questão Social, Direitos Humanos e Políticas Sociais (PPG PS DH UCPEL)	Estado, direitos sociais e política social Direitos humanos, segurança e acesso à justiça Questão social, trabalho, sociabilidades e resistências políticas
Política Social e Serviço Social (PPG PS SS UFRGS)	Estado, sociedade, políticas sociais Fundamentos do serviço social, formação e trabalho profissional
Serviço social, Direitos Humanos e Questão Social (PPSS UFSC)	Direitos, sociedade civil, políticas sociais na América Latina Questão social, trabalho e emancipação humana Serviço social, ética e formação profissional
Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos (PPG PS SS UEL)	Gestão de políticas sociais Serviço social e trabalho
Serviço Social, Políticas e Direitos Humanos (PPG SS UNIOESTE)	Fundamentos do serviço social e o trabalho profissional Política social, fundamentos, gestão e análise

**Fonte:** Sistematização dos autores com base na plataforma Sucupira (CAPES, 2011).

Observa-se que a maior parte dos programas insere o *Serviço Social* como área de concentração, demonstrando o interesse na investigação acerca da profissão, tanto no que diz respeito aos seus fundamentos, como também no que se refere a formação e o trabalho profissional. O debate acerca das *Políticas Sociais* mostra-se, também, como uma temática em evidência na maior parte dos programas da região, sendo citada como área de concentração a mesma quantidade de vezes que o Serviço Social. Conforme Nogueira e Miotto (2013), o debate instaurado em torno do Serviço Social e política social, floresceu e aprofundou-se significativamente ao longo das duas últimas décadas do século XX e consolida-se no início do século XXI; onde ocorre um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. A discussão acerca dos Direitos Humanos, embora apareça com um destaque menor ao ser comparado com Serviço Social e Política Social como área de concentração, possui relevância em termos da análise das áreas de concentração da região, estando presente como área de concentração em 4 dos 6 programas da Sul I, demonstrando a sintonia da área com temas emergente da realidade social num quadro de grande relevância da abordagem dessa temática diante da articulação de forças sociais que vem atacando conquistas históricas no campo desses direitos.

Em um contexto de avanço neoliberal e neoconservador, mostra-se fundamental o debate acerca de temas que a pós-graduação em Serviço Social na regional Sul I vem desenvolvendo, na perspectiva de contribuir no fomento ao pensamento crítico. Nessa direção, as áreas de concentração dos programas se desdobram em dezesseis linhas de pesquisa em todos os programas da região, com diversos temas, com destaque para temáticas como Serviço Social, Estado, Questão Social, Trabalho, Política Social, Direitos Humanos, Ensino/Formação em Serviço Social, dentre outros.

Os programas de pós-graduação da Regional Sul I vêm desenvolvendo um amplo leque de pesquisas sobre os mais variados temas, contribuindo no fomento de uma produção teórica de grande relevância com destaque nacional e internacional, totalizando 148 projetos de pesquisa em andamento, com a maior concentração no Rio Grande do Sul (80 de 148), seguida por Santa Catarina (38 de 148) e os demais no Paraná (30 de 148), segundo informações da plataforma Sucupira (CAPES, 2021). As investigações construídas na região vêm contribuindo para o avanço da reflexão crítica, mantendo o legado histórico da profissão na construção de um conhecimento contra-hegemônico, vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Além de contribuir com o trabalho profissional em Serviço Social, a produção teórica da área vem colaborando na compreensão de diversas expressões da questão social, da estruturação das políticas sociais, das tendências postas para o exercício e

formação profissional em Serviço Social, num diálogo com o pensamento crítico na análise da realidade contemporânea, marcadas por profundas transformações e tendências regressivas. Evidentemente, os programas de pós-graduação da Regional Sul I enfrentam os mesmos desafios que os demais programas da área em todo o Brasil, por isso a importância de analisar a contexto atual de recrudescimento neoliberal e neoconservador, que ameaça o fortalecimento da direção crítica conquistada na trajetória de consolidação do Serviço Social no Brasil. Nesse sentido, o próximo item do presente capítulo tratará dos desafios contemporâneos para a produção de conhecimento na área.

## **Desafios contemporâneos da pós-graduação nas áreas de ciências humanas e sociais**

Um dos eixos que sustentam o ideário de governança no cenário contemporâneo é a ênfase na cultura do negacionismo da ciência como referência para as políticas sociais o que se expressa, por exemplo, na negação do conhecimento científico para o planejamento de ações na saúde pública no que se refere ao combate do COVID-19. Tal cultura se sustenta a partir de vários pilares, dentre os quais serão ressaltos três aspectos, considerando seus impactos nas áreas humanas e sociais.

O primeiro deles - aspecto basilar do pensamento conservador clássico - é a negação da própria racionalidade aliada à apologia às hierarquias estáveis e sacralizadas na construção de falsos consensos para o ataque ao conhecimento acumulado pelo desenvolvimento sócio-histórico. À revelia desse desenvolvimento, consolidam-se projeções salvíficas como possibilidades de um ideário de soberania no qual o poder político se constrói sobre a associação eclética da eficácia técnica, expressão do conservadorismo moderno, associada ao culto à *esistemê* medieval do “bom governo”. Uma associação que converge, em última instância, para a garantia da articulação do poder político à lógica mercantil, amplia-se também a clivagem entre a política de acesso a direitos fundamentais - dentre eles o direito à vida e qualquer perspectiva igualitária -, e a produção do conhecimento fundada na materialidade histórica da realidade social.

Um dos resultados desse processo é o culto à desigualdade social, que na particularidade da formação sócio-histórica brasileira, está estritamente vinculada à raça, a etnia e às relações entre os sexos. Uma desigualdade que teima em se naturalizar sob a chancela ideológica da negação das áreas de conhecimento vinculadas às ciências humanas e sociais, que abordam historicamente tem contribuído para desvendar as desigualdades sociais e construir formas de enfrentamento às mesmas, logo, contraditam lastros da cultura conservadora que apregoa, cotidianamente, o descaso com a vida de negros, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e pobres. Tal dinâmica

tem se traduzido padrão de governança negacionista que se evidencia em ações políticas que recusam a importância do debate científico sobre essas expressões da vida social em nosso país.

Na gestão política associada a tal projeção salvífica, na qual tudo deve convergir para cultuar heróis que se apresentam sob a mística da salvação, destaca-se um segundo aspecto: a instabilidade de ministros e gestores públicos federais que, escolhidos sob esse espectro, estes só conseguem se manter em seus cargos pela adesão a essa cultura conservadora, pela disposição em fazer coro com o projeto de retrocessos políticos conjugados aos interesses dos grandes oligopólios.

Nesses dois anos do atual governo (2019/2020), assistimos a nomeação de quarto ministro da educação. Dentre esses, o que até o momento manteve-se por mais tempo à frente da gestão desse ministério, o economista Abraham Weintraub, destilou uma série de provocações e constantes ataques à produção do conhecimento. Chegou a acusar o ambiente acadêmico de ser palco de balbúrdia, plantação de maconha, ataque à moralidade e aos bons costumes; fez coro com a cultura que tende a considerar os servidores públicos como parasitas; impôs cortes de recursos para universidades e institutos científicos; cortes de fomentos e implementação de uma infundada política de redução de verbas para as bolsas destinadas a pesquisadores em todos os níveis. Fez parte, também, de seu discurso político marcado pelo tom acusatório, a criação de um tribunal para apurar a validade (ou não) das ciências humanas e sociais. No dia 22 de Março do ano 2020, em plena pandemia de COVID-19, publicou em sua conta no Twitter:

Eu acuso a esquerda de priorizar faculdades de Antropologia ou Filosofia em vez de Medicina ou Enfermagem. Eu acuso a esquerda de construir estádios superfaturados em vez de hospitais. Eu já falava isso há um ano. Agora faltarão leitos nos hospitais, médicos, enfermeiros.

Destaca-se aqui o terceiro aspecto a ser apontado: a ênfase na produção de conhecimento vinculada à tecnologia em detrimento à necessária vinculação do conhecimento às necessidades humano-sociais. Uma ênfase que se afina a uma das expressões do pensamento conservador: a que interpreta a ciência como técnica, como positividade, desvinculada da práxis humana. Associada às respostas exatas, mensuráveis, a produção do conhecimento torna-se funcional aos interesses do mercado, traduzido como necessário “desenvolvimento econômico” e avesso à práxis humana. Aspectos fundantes da realidade tem sua análise transferida para a esfera do “sagrado”, desassociada de qualquer base ontológica concreta, uma vez que esta é delegada à esfera teológica de forma a reatualizar um dos pilares fundamentais do pensamento conservador.

É nesse cenário se situam as portarias da CAPES e portarias publicadas no ano de 2019 e 2020, as quais destituem as ciências básicas e as humanidades do horizonte prioritário de financiamento público para alocação de recursos, priorizando áreas tecnológicas sob a justificativa de: “[...] alavancar setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do Brasil e racionalizar o uso dos recursos orçamentários e financeiros programados pelo Governo Federal.” (BRASIL, 2020). Desenha-se, ainda, uma lógica do descaso em relação a princípios éticos fundamentais da gestão pública, tal como a não publicização de critérios transparentes para a distribuição dos poucos recursos destinados ao fomento à educação, cujo exemplo notório é o recolhimento de bolsas cujo percentual de reposição segue-se incerto em ambas as agências de fomento.

Destaca-se, como um primeiro grande desafio: o enfrentamento coletivo por parte das associações de ensino e pesquisa das diferentes áreas de conhecimento, bem como dos fóruns que agregam associações diversas, tendo em vista a construção de ações coletivas diante das tendências ideopolíticas impostas através de portarias e ações construídas sem transparência até mesmo para os representantes das diferentes áreas junto às grandes agências de fomento. Para além das portarias publicadas pelas agências de fomento e do cenário incerto que impõem uma série de fragilidades em relação à garantia da qualificação da produção intelectual das diferentes áreas, destacam-se as mudanças na política de avaliação da CAPES, destacando-se que, qualquer a avaliação faz parte da direção ideopolítica que se quer imprimir e do projeto político que se quer implementar.

Na atual conjuntura política do país, ela está associada à política de desfinanciamento e à associação dos produtos intelectuais e técnicos aos interesses do mercado que têm na lógica produtivista um de seus principais suportes. É nesse quadro que se gesta o atual processo de avaliação periódica quadrienal que pretende aprimorar a elaboração de rankings que estimulam o produtivismo e tendem a dissociá-lo da qualidade acadêmica. Ou seja, uma dinâmica que faz parte da política de pós-graduação nos últimos 20 anos, sob o ideário da eficiência que se punha como um dos aspectos basilares da Reforma do Estado (1997) utilizado, entre outros aspectos para justificar encolhimento de recursos públicos destinados a estes programas. Ou seja, no cenário de poucos recursos, prioriza-se para sua distribuição, os melhores pontuados - uma métrica utilizada para referendar a política de ranqueamento. Submetidos à lógica de avaliação fundada no produtivismo, os programas de pós-graduação stricto sensu são lançados a lutas isoladas por sobrevivência e buscas por melhores índices na busca dos recursos financeiros que necessitam para continuar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a avaliação multidimensional que se anuncia pela Capes é referenciada no “[...] modelo criado pelo consórcio europeu U-Militrank (UMR) para classificar e ranquear instituições de ensino superior de diversos países.” (CAPES, 2020, p. 4), a qual evidencia-se como problemática porque desconsidera aspectos materiais e concretos da realidade brasileira em termos de pesquisa e da diversidade das áreas do conhecimento. Dessa forma, nos anos de 2019 e 2020 ocorreram alterações nos itens de avaliação periódica quadrienal e a ênfase numa política centrada na formação recursos humanos que, na linguagem institucional na CAPES, centra-se na valorização de indicadores de sucesso do egresso (inserção no mercado de trabalho, produtos técnicos e intelectuais, entre outros). Concomitante, altera-se a organização da avaliação dos programas, que passa se centrar em três grandes três itens, incluindo a autoavaliação e o planejamento estratégico como quesitos fundamentais.

Em relação a esses últimos quesitos - de fato necessários para orientar a consolidação dos programas de pós-graduação - destaca-se a atenção prioritária para suas próprias ações para que possa revisita-las; monitorá-las e aprimorá-las com vistas à construção de estratégias para evidenciar, através de indicadores empíricos, o sucesso das ações e de suas pesquisas por eles materializadas. Contudo, num cenário de pandemia e instabilidade política e econômica, a ênfase na autoavaliação, não pode se dar à revelia das condicionantes sócios históricos que se impõem sobre programas de pós-graduação e sob a produção de conhecimento, como fica evidente em documento da CAPES:

O ponto crucial da sistemática da avaliação aqui proposta é a mudança do foco do processo avaliativo: ao invés da CAPES receber os resultados da auto avaliação realizada pelos programas, a Agência deverá acompanhar como os programas de pós-graduação estão conduzindo suas auto avaliações. [...] Trata-se, na prática, de colocar em ação o elementar processo de detectar pontos fortes e potencialidades, tanto quanto discriminar pontos fracos dos programas e prever oportunidades e metas. Deve-se estabelecer estas metas com clareza e de forma tanto quanto possível participada, para que todos ou a maior parte da comunidade acadêmica se perceba representada. (CAPES, 2019, p. 9)

Ou seja, a avaliação busca assegurar que cada programa possa captar o que o diferencia, suas particularidades e suas potencialidades; mas em relação a que? À internacionalização num cenário de absoluto cortes de verbas que permitiriam a mobilidade acadêmica? Às suas ações de inserção social com vistas a conciliá-las com as exigências formal de apresentá-las como produtos técnicos-tecnológicos? Como assegurar perspectivas futuras, no incerto cenário atual? A resposta a estas questões tornam-se desafiadoras para a perspectiva ética e po-

lítica defendida na área de Serviço Social, especialmente quando a direção imprimida para a autoavaliação enfatiza o sucesso do aluno, do professor, dos técnicos e do programa, num claro alinhamento à lógica do mercado.

As áreas de produção do conhecimento, nesse cenário, tendem voltar-se a suas próprias potencialidades e delinham-se correlações de forças marcadas por disputas que nos desafiam a construir pautas e propostas de resistências. Não apenas porque nos colocam à mercê de alterações que prejudicam a avaliação da área do Serviço Social; mas ameaçam a sobrevivências das áreas de ciências humanas e sociais em nosso país. Aspectos dessa pauta vem sendo sinalizados pelas coordenações de programas da área de Serviço Social, tais como a problemática da exigência da vinculação das metas e objetivos dos programas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES aos quais pertencem, num cenário político de nomeações de reitores à revelia dos interesses da comunidade acadêmica, em que os PDI's se constituem em documentos indutores de uma universidade subordinada aos interesses mercantis e empresariais. Há, portanto, o risco de atrelar o planejamento da nossa área, o Serviço Social, a este modelo. Outro aspecto sinalizado é o cuidado com uma concepção de autoavaliação a ser implementada como elemento descolado do investimento público na pós-graduação e fundado numa perspectiva de sucesso desvinculado do investimento público, subordinando a pesquisa e produção de conhecimento aos interesses mercadológicos.

Nessa perspectiva, outro grande desafio é a articulação política frente aos indicadores de avaliação criados para quantificar e metrificar a produção dos Programas de pós-graduação. A perspectiva que orientou a construção desses indicadores, que é parte da avaliação multidimensional, foi a criação de indicadores iguais para áreas diversas do conhecimento e com realidades diversas. Nivelá-las através desses indicadores significa avaliar áreas amplamente diferentes através de uma mesma métrica. Um exemplo é a introdução de novos campos para coleta de dados de produção técnica na ficha de avaliação quadrienal e que apresentam para uma série de eixos que não contemplam muitas das particularidades das ciências humanas, sociais e aplicadas. É nessa perspectiva, por exemplo, que nos vimos surpreendidos por classificações não peculiares as nossas pesquisas e nos vimos empurrados para o que se convencionou chamar de tecnologia social. Evidencia-se, nesse quadro a incerteza dos programas de pós-graduação frente a avaliação multidimensional, ou seja, uma avaliação que “[...] pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos e itens avaliativos no intuito de promover a equivalência de desempenho entre programas com as mesmas notas em diferentes áreas de avaliação.” (CAPES, 2020, p. 5)

Esse cenário incerto, de mudanças substantivas nas diretrizes para a pesquisa no país, juntamente com a dinâmica de ranqueamento e valorização das áreas tecnológicas em relação às humanas, sociais e sociais aplicadas, são

parte do que o atual diretor de avaliação da CAPES chama de “economia do conhecimento”, que conjuga desfinanciamento público sob a subordinação da produção de conhecimento à lógica do mercado, num quadro inédito de distanciamento social que impacta no desenvolvimento das ações de ensino e pesquisa, considerando a vigência de atividades remotas no último período, sendo um desafio a crescente luta para a garantia do ensino com qualidade na pós-graduação, da disseminação de pesquisas e da realização de bancas examinadoras de forma presencial, o que se articula com as lutas mais amplas no enfrentamento da pandemia entrelaça na defesa da democracia, da função social da universidade e da pesquisa.

## **Considerações finais**

A pós-graduação na área de Serviço Social, seu processo de consolidação e maturação tem sido fundamental para desvendar os desafios postos à profissão, para a formação e o trabalho profissional, bem como para construção de conhecimentos voltados para o fortalecimento das políticas e direitos sociais, captando as tendências em curso na realidade e realizando projeções coletivas, dentre quais, destaca-se a sintonia do temas investigados pela área com as lutas e forças progressistas, dada o direção social crítica que alimenta a agenda de investigação desenvolvida pelos seus programas. Perspectiva crítica que é não é mera denúncia ou indignação, mas crítico-dialética, aquela que se estabelece no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso (IANNI, 2011), possibilitando apreender as múltiplas determinações e contradições do real, a historicidade em sua processualidade, a questionar as formas de sociabilidade que se erguem sob as relações de exploração, a sustentar valores éticos e ações comprometidas com a superação dessa ordem societária.

Ou seja, a pós-graduação da área em seu significativo diálogo com as pautas político-organizativas das entidades da categoria de assistentes sociais vem contribuindo para a produção de conhecimentos numa dupla e articulada dimensão: a crítica da sociedade capitalista, em sua particularidade brasileira e em seus vínculos latino-americanos, considerando temas como a questão social, o Estado, as políticas e direitos sociais; bem como da profissão, do seu significado sócio-histórico na divisão sociotécnica do trabalho, das suas formas de pensar e agir em sua trajetória no movimento contraditório dessa mesma sociedade, na perspectiva de consolidação de um projeto profissional fundado em valores emancipatórios e em sólidas bases teórico-metodológicas, aprimorando as competências profissionais e o ensino. Portanto, essa dupla dimensão da crítica, construída no protagonismo da categoria de assistentes sociais no bojo das lutas sociais nas últimas décadas, engendrou a formulação

de um rico e amplo patrimônio intelectual, político e interventivo, com significativa contribuição da pós-graduação da área através da pesquisa e da formação continuada da categoria e qualificação de quadros docentes. Como nos lembra Yamamoto (2014, p. 613), o “[...] núcleo desse patrimônio é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Patrimônio alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais.”.

Logo, a defesa desse patrimônio nos desafia numa conjuntura marcada por profundos retrocessos que atingem conquistas civilizatórias, em que se visualiza a crescente aglutinação de forças conservadoras na sociedade e na própria profissão, sendo necessário construir frentes de resistência, aglutinando forças progressistas capazes de avançar na defesa da vida, de direitos e da democracia. Os desafios são grandes e os tempos difíceis, mas é preciso se contrapor ao pragmatismo, ao individualismo, ao imediatismo, ao produtivismo que destitui a direção social da pesquisa, apostando na cooperação entre programas, no fortalecimento de redes de pesquisa, em fóruns sistemáticos com as entidades da categoria e outras profissões. Diante da incerteza da conjuntura no quadro de uma pandemia que engendra profundas transformações societárias e novas mediações históricas na reprodução da questão social, trazendo profundos impactos e desafios para a pesquisa na área, é preciso afirmar a pesquisa e a produção de conhecimento como reserva de forças para nos conectarmos com o tempo presente do qual a profissão faz parte e nela se transforma, na conexão com as forças vivas da história, arremontando forças em articulação com movimentos mais amplos, para avançando na capilarização político-organizativa, no fortalecimento da direção social crítica construída pela profissão historicamente e materializada no seu projeto ético-político, renovando nossas lutas e estratégias organizativas.

## Referências

- CAPES. Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação. Grupo de Trabalho. Ministério da Educação: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-autoavaliacao-de-programas-de-pos-graduacao-pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.
- CAPES. **Relatório Técnico DAV**. Avaliação Multidimensional de Programas de Pós-Graduação. Ministério da Educação: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23072020-dav-multi>

pdf. Acesso em: 05 dez. 2020.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Portaria n. 1.222, de 19 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, edição 57, seção 1, p. 19. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. Portaria n. 1.329, de 27 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, edição 61-A, seção 1- Extra, p. 1. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.329-de-27-de-marco-de-2020-250263672>. Acesso em: 01 abr. 2020.

GENTILI, P. A. A. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, T. T.; GENTILI, P. A. A. (org.). **Escola S. A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), 1996. p. 9-49.

GUERRA, Y. A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 30 jan. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempos de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**, Campinas, vol.11, n.41, p. 397-416, abr. 2011.

MARE. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO. **A Reforma do Estado dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília : Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1997. Disponível em :

<http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MENDES, J.; WERLAND, R.; SANTOS, A. M. dos. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt\\_1414-4980-rk-20-02-00175.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/pt_1414-4980-rk-20-02-00175.pdf). Acesso em: 30 jan. 2021.

MIOTO, R. C.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/05.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÁTAMO, C. S. de O.; MEZZOMO, F. A. Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil: Estrutura, Resultados e Desafios para Política de Estado. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/636/372>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SAMPAIO JR, P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 15-25, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2021.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.